



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



205

**Agravo de Instrumento nº 180441-7** – Comarca de Recife

**Agravante:** Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda

**Agravado:** Pregoeiro da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco

3524

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO EDITAL DO CERTAME. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIO À CONCESSÃO DO EFEITO EXCEPCIONAL REQUESTADO. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. Sabe-se que, nos termos do artigo 558 do Código de Processo Civil, o emprestamento de efeito suspensivo ou ativo ao recurso de Agravo de Instrumento depende da presença concomitante de dois requisitos, quais sejam, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação e a relevância da fundamentação, sendo certo que o primeiro requisito, focado na lesão e sua gravidade, tem em vista a questão da efetividade do provimento, considerado o aspecto temporal, enquanto que o segundo pressuposto diz respeito à plausibilidade dos argumentos apresentados. 2. De proêmio, não merece prosperar a alegação de que não constam no Edital da licitação em apreço as planilhas de pesquisa de preço para composição de custos unitários, haja vista o orçamento expressivo acostado às fls. 654/667, documento este que se mostra apto a afastar qualquer subjetivismo do julgamento das propostas, não havendo, portanto, que se falar em malferimento dos preceitos insculpidos nos arts. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, 7º, §2º, II, e 40, §2º, II, ambos da Lei nº 8.666/93. 3. Também não procede o argumento de que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica específico para fornecimento de refeições hospitalares contida no subitem 6.6, "a.2", do Edital, estaria a transgredir o disposto no art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, haja vista a resposta



Poder Judiciário

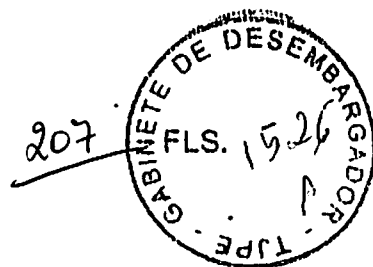
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL



concedida pela Comissão Permanente de Licitação à impugnação ao Edital formulada pela empresa ora agravante (fls. 692/694 dos autos), onde se explica que a aludida previsão editalícia se afigura necessária em razão da natureza excepcional do objeto da licitação, aduzindo-se ainda, com estelo na Portaria MS-ANVISA nº 938/08, que as refeições reservadas ao serviço hospitalar possuem características nutricionais diferenciadas das demais, em atenção ao VET de cada paciente. 4. A Comissão Permanente de Licitação também esclareceu que o disposto no 6.6, "f", do Edital, se respalda no art. 431, do Decreto nº 20.786/98 c/c os arts. 45 e 46 do Decreto Lei Federal nº 986/69, razão pela qual não se vislumbra o malferimento aos arts. 28 a 31, da Lei nº 8.666/93, alegado pela agravante. 5. Por fim, os índices contábeis escolhidos para a comprovação da boa situação financeira das empresas licitantes aparentam ser os usualmente adotados nas licitações deste gênero, o que afasta o argumento de desobediência ao art. 31, §5º, da Lei nº 8.666/93. 6. Tendo em vista a ausência do requisito da relevância da fundamentação, cumpre destacar que, no que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, o que resta caracterizado, em verdade, é a sua presença tão somente para a parte agravada, haja vista tratar-se de procedimento licitatório objetivando a contratação de serviços de fornecimento de alimentação a unidades hospitalares, os quais demandam prestação imediata e contínua. 7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 180441-7, em sessão realizada no dia 14 de janeiro de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de janeiro de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães** -- Relator



208



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 180441-7** – Comarca de Recife  
**Agravante:** Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda  
**Agravado:** Pregoeiro da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco

**VOTO**

Como bem demonstrado, a pretensão da empresa agravante reside na suspensão do processo licitatório nº 082.2008.VII.PP.033.SES, realizado na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de alimentação e manipulação e distribuição das dietas enterais fornecidas pela Secretaria de Saúde para os Hospitais Públicos Barão de Lucena, Getúlio Vargas, Geral de Areias (LOTE I), Jaboatão dos Prazeres, Otávio de Freitas, Agamenon Magalhães (LOTE II), Regional do Agreste, Restauração e Ulisses Pernambucano (LOTE III).

É cediço que, nos termos do artigo 558 do Código de Processo Civil, o emprestamento de efeito suspensivo ou ativo ao recurso de Agravo de Instrumento depende da observância, por parte do Relator da presença concomitante de dois requisitos, a saber, a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação e a relevância da fundamentação.

O primeiro requisito, focado na lesão e sua gravidade, tem em vista a questão da efetividade do provimento, considerado o aspecto temporal, enquanto que o segundo pressuposto diz respeito à plausibilidade dos argumentos apresentados.

Para tal aferição, convém nos embatermos com as razões recursais, uma a uma.

De proêmio, observo que não merece prosperar a alegação de que não constam no Edital da licitação em apreço as planilhas de pesquisa de preço para composição de custos unitários, haja vista o orçamento expressivo acostado às fls. 654/667, documento este que se mostra apto a afastar qualquer subjetivismo



209



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL.**

do julgamento das propostas, não havendo, portanto, que se falar em malferimento dos preceitos insculpidos nos arts. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, 7º, §2º, II, e 40, §2º, II, ambos da Lei nº 8.666/93.

Na mesma linha, também não merece guarida o argumento de que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica específico para fornecimento de refeições hospitalares contida no subitem 6.6, "a.2", do Edital, estaria a transgredir o disposto no art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, haja vista a resposta concedida pela Comissão Permanente de Licitação à impugnação ao Edital formulada pela empresa ora agravante (fls. 692/694 dos autos), onde se explica que a aludida previsão editalícia se afigura necessária em razão da natureza excepcional do objeto da licitação, aduzindo-se ainda, com esteio na Portaria MS-ANVISA nº 938/08, que as refeições reservadas ao serviço hospitalar possuem características nutricionais diferenciadas das demais, em atenção ao VET de cada paciente.

De mesma forma, a Comissão Permanente de Licitação, enfrentando insurgência da agravante quanto ao disposto no subitem 6.6, "f", do Edital, o qual exige Comprovante de Licença de Funcionamento concedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal como documento de habilitação, respondeu que a sobredita previsão editalícia se respalda no art. 431, do Decreto nº 20.786/98 c/c os arts. 45 e 46 do Decreto Lei Federal nº 986/69, razão pela qual não entendo malferidos os arts. 28 a 31, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, observo que os índices contábeis escolhidos para a comprovação da boa situação financeira das empresas licitantes aparentam ser os usualmente adotados nas licitações deste gênero, o que afasta o argumento de desobediência ao art. 31, §5º, da Lei nº 8.666/93.

Ademais, tendo em vista a ausência do requisito da relevância da fundamentação, cumpre destacar que, no que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, o que resta caracterizado, em verdade, é a sua presença tão somente para a parte agravada, haja vista tratar-se de procedimento licitatório objetivando a contratação de serviços de fornecimento de alimentação a unidades hospitalares, os quais demandam prestação imediata e contínua.



210



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente recurso de Agravo de instrumento, com a manutenção da decisão guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 14 de 01 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**